

ticas, visando assegurar maior efetividade e conformidade às práticas de transparência ativa e passiva. Como medida estratégica de fortalecimento do monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI) e da governança da transparência, a atual gestão instituiu, por meio da Portaria nº 548/2025, a Comissão de Fortalecimento da Transparência Institucional, com a finalidade de promover a integração entre as áreas, aprimorar os fluxos de informação, padronizar procedimentos administrativos e ampliar a efetividade das ações de transparência ativa e passiva. O foco na atualização dos DADOS OBRIGATORIOS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA, Revisão e adequação do site institucional, além da normatização dos procedimentos para atendimento da TRANSPARÊNCIA PASSIVA, que se refere às manifestações que entram pelos canais da OUVIDORIA, a saber: SIC – Sistema de Informação ao Cidadão, SIGO – Sistema Integrado das Ouvidorias do Estado do Pará, Sistema de Ouvidoria da COSANPA, e-mail da Ouvidoria e contato telefônico. As ações desenvolvidas encontram-se alinhadas às orientações dos órgãos de controle externo, em especial do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA, e refletem esforços institucionais para assegurar a regularidade dos procedimentos, a padronização de fluxos internos e a ampliação do acesso às informações de interesse coletivo e geral. Destaca-se, nesse contexto, a atuação da Comissão de Fortalecimento da Política de Transparência, instituída por ato formal, em articulação com a Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação, como instância de apoio ao acompanhamento, à avaliação e à proposição de melhorias relacionadas à política institucional de transparência. A Resolução de Conselho que instituiu a Ouvidoria, prevê que sejam criados mecanismos para o cumprimento dos preceitos estabelecidos. No exercício de 2025, foram registrados avanços relevantes no âmbito da política de transparência e acesso à informação, dentre os quais se destacam:

- a) Estruturação e consolidação de instâncias internas voltadas ao da Lei de Acesso à Informação;
- b) Aprimoramento dos fluxos de atendimento às solicitações registradas no sistema e-SIC, com impacto positivo na observância dos prazos legais;
- c) Atualização e ampliação das informações disponibilizadas no Portal da Transparência, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011, o Decreto Estadual nº 1.359/2015 e a Lei nº 13.303/2016;
- d) Realização de ações de orientação e capacitação dos servidores e empregados, com foco na correta aplicação da legislação e na mitigação de riscos de inconformidade.

Com vistas ao aprimoramento contínuo da política institucional de transparência e ao fortalecimento dos mecanismos de controle, recomenda-se a continuidade das medidas e aperfeiçoamento dos controles internos, aprovação das normas que padronizam os procedimentos para cumprimento da legislação para o fortalecimento dos meios de comunicação institucional relacionados à transparência pública. Para o exercício de 2026, a Companhia dará continuidade às ações de monitoramento e aperfeiçoamento da política de transparência, mediante a elaboração e execução de planos de ação específicos, com definição de responsabilidades, prazos e indicadores, visando à evolução contínua dos mecanismos de transparência ativa e passiva.

12. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A responsabilidade social e ambiental é um compromisso fundamental para a COSANPA, refletindo sua atuação na preservação dos recursos naturais e na promoção da qualidade de vida da população. Ao longo dos anos, a empresa tem investido em projetos socioambientais realizados junto às comunidades beneficiadas com as obras. A ação da Companhia junto à sociedade é de grande relevância, pois essas práticas possibilitam a aproximação entre o poder público e a comunidade, promovendo a conscientização acerca dos impactos decorrentes de suas obras, bem como das melhorias que serão proporcionadas após a sua conclusão. A COSANPA atua de forma integrada com as equipes técnicas responsáveis pela execução das obras, desenvolvendo atividades voltadas à conscientização socioambiental da população, além de fornecer informações essenciais sobre os empreendimentos em andamento. Ao longo do ano de 2025, realizamos ações nos eixos de mobilização comunitária, geração de trabalho e renda, atividades socioculturais, educação ambiental e educação voltada aos aspectos da saúde. Esses projetos foram desenvolvidos na Região Metropolitana de Belém, por meio do Projeto Social do Complexo Produtor do Bolonha e da Estação de Tratamento de Esgoto do Una (ETE-UNA), além dos municípios de Oriximiná, Alter do Chão e Breves, alcançando mais de 5.500 pessoas beneficiadas. Principais atividades: 1) Belém – ETA BOLONHA: Visitas Monitoradas à Estação, Palestras como "Importância de descartar o lixo da maneira correta", "Trabalho Infantil", Campanhas como "Maio laranja: combate ao abuso infantil", "Campanha de Verão", Gincanas Ecológicas, além de cursos como "Design de Sobrancelha", "Manicure e Pedicure", "Bombons Regionais" e "Empreendedorismo"; 2) Belém – ETE UNA: Visitas à Obra, Palestras relacionadas ao Dia Mundial da Água, "Bullying nas Escolas", Campanhas sobre Agosto Lilás, Cursos de bombons regionais e panificação Oriximiná: Palestras sobre importância de economizar a água e rodas de conversas sobre IST's; 3) Alter do Chão: Palestras sobre a Preservação dos Recursos Hídricos, Saúde Mental nas escolas, Setembro Amarelo, além de cursos como Instalador elétrico; Através do PRODESAN-PARÁ realizamos um intenso trabalho na Comunidade Maria Petrolina do Porto da Ceasa, em uma parceria estratégica com o Instituto Federal do Pará (IFPA) e Embrapa, foi executado o apoio para uma série de oficinas sobre Saneamento Básico na Comunidade sobre a construção e operacionalização de um sistema de fossa séptica biodigestora e jardim filtrante. O objetivo visa a preservação ambiental, a melhoria do saneamento local e a prevenção de doenças hídricas, entretanto mais do que apenas transmitir informação, as oficinas promoveram o envolvimento ativo dos moradores, que se tornaram protagonistas no processo de melhoria de suas próprias condições de vida. A presença constante da equipe em campo foi fundamental para fortalecer os laços de confiança e garantir que as soluções propostas estivessem alinhadas às reais necessidades da população.

13. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

13.1 - O ano de 2025 foi marcado por um desafio prioritário relacionado à readequação e aceleração de obras de infraestrutura em Belém, motivada pela realização da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30). Neste contexto, destacaram-se como intervenções focais de infraestrutura: A Estação de Tratamento de Esgoto - ETE UNA e o Complexo de Abastecimento de Água do Bolonha. A execução das obras foram fundamentais para assegurar a infraestrutura básica urbana, afim de promover a sinergia com outras frentes de desenvolvimento e requalificação, de modo a garantir a capacidade de atendimento da Cidade, em especial para um evento de grande magnitude mundial, COP 30. A Integração Urbana levou a harmonização com projetos/obras adjacentes, incluindo: Complexo Ver-o-Peso, Parque Linear do Canal da Doca e a requalificação de 95 ruas integrantes da Bacia do Una.

13.2 - Com o objetivo de alcançar a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma sustentável, e promover o bem-estar da população paraense em conformidade com as diretrizes do marco legal do saneamento, o Governo do Estado do Pará contratou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para realizar os estudos de viabilidade. Após a condução dos estudos de viabilidade para a implementação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e com a finalidade de ampliar o volume de investimentos necessários para a consecução da meta de universalização dos serviços de saneamento. Em 11.04.2025 foi realizado o leilão da concessão do Saneamento no Estado do Pará. A AEGEA SANEAMENTO, foi a vencedora da Concorrência Pública nº 002/2024, cujo objeto foi a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 126 (cento e vinte e seis) municípios do Pará, beneficiando cerca de 5,5 milhões de pessoas. Estão previstos aproximadamente R\$ 20 bilhões em investimentos em 40 anos de contrato. A AEGEA no primeiro Leilão realizado em 11.04.2025 venceu os blocos A, B e D, que contempla 99 (noventa e nove) municípios. A meta para 2033 é alcançar 99% de atendimento com abastecimento de água e 90% com esgotamento sanitário no bloco A, que inclui os municípios da Região Metropolitana de Belém, como Ananindeua, Marituba e Belém. Já a universalização do esgotamento sanitário nos blocos B e D, com 90% de atendimento, deverão ser atingidas até 2039. Já o bloco C teve um novo leilão realizado em 05.08.2025, onde a AEGEA Saneamento arrematou o leilão que contempla 27 (vinte e sete) municípios das regiões do Sudoeste e Baixo Amazonas. A meta é universalizar o acesso à água tratada até 2033 em todos os blocos, além da coleta e tratamento de esgoto até 2039 nos blocos B, C e D, e até 2033 no bloco A, conforme o novo Marco Legal do Saneamento Lei nº 14.026/2020. A COSANPA segue como empresa pública, responsável pela produção de água que abastece mais de 2 milhões de pessoas em Belém, Ananindeua e Marituba, a partir do Complexo Bolonha e de poços subterrâneos. A distribuição, coleta e tratamento de esgoto nas áreas concedidas ficarão a cargo da ÁGUAS DO PARÁ, empresa subsidiária da AEGEA no Estado do Pará. Conforme prazo previsto para ocorrer a transição, em 01.09.2025 a empresa ÁGUAS DO PARÁ assumiu a distribuição, coleta e tratamento de esgoto na Região Metropolitana, enquanto os municípios dos blocos B e D foram assumidos a partir de 08.12.2025. Já o bloco C, está previsto para ocorrer a transição em Maio/26. Esse novo modelo fortalece a capacidade do Estado em garantir um serviço mais eficiente, seguro e com foco na Universalização do Saneamento.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)

ATIVO		2025	2024
CIRCULANTE	Notas Explicativas	411.568.882,88	372.119.253,28
Caixa e Equivalente de Caixa		105.699.124,54	27.766.910,46
Depósitos Bancários Livres		104.293.519,78	26.579.951,99
Depósitos Bancários Vinculados		1.405.604,76	1.186.958,47
Contas a Receber de Clientes	4	277.262.849,24	320.676.532,14
Outras Contas a Receber		6.589.655,12	6.401.368,37
Adiantamento a Fornecedores		815.984,00	4.006.980,32
Adiantamento a Funcionários		2.086.278,50	2.449.274,34
Despesas do Exercício Seguinte		567.930,27	621.438,93
Impostos e Contribuições a recuperar		15.589.047,75	8.538.888,46
Almoxarifado		2.958.013,46	1.657.860,26
NÃO CIRCULANTE		2.477.131.580,44	2.492.515.554,52
Realizável a Longo Prazo		75.005.282,03	78.808.299,39
Impostos/Contrib. s/ Prej. Fiscal a Recup.	5	63.497.368,85	65.587.710,29
Depósitos Judiciais	6	11.372.511,92	11.167.238,31
Contas a Receber de Clientes	4	135.401,26	2.053.350,79
Intangível Líquido	7a	1.461.239.050,03	1.522.369.313,99
Imobilizado Técnico Líquido	7b	8.889.983,38	9.696.854,90
Obras em Andamento	7b	931.997.265,00	881.641.086,24
TOTAL DO ATIVO		2.888.700.463,32	2.864.634.807,80
PASSIVO			
CIRCULANTE	Notas Explicativas	758.585.228,24	540.934.850,60
Fornecedores		412.972.409,02	232.641.617,30